

# **Contextos Informacionais, Identidades e Expressões Cognitivas das Mulheres no exercício do poder político no Brasil**

*Contextos Informativos, Identidades e Expresiones cognitivas de las mujeres en el ejercicio del poder politico en Brasil*

*Informational Contexts, Identities and Cognitive Expressions of women in the Exercise of Political Power in Brazil*

**Ludmila dos Santos Guimarães**

## **Resumo**

Os contextos informacionais mudam a cada poucas décadas e apresentam desafios teóricos e metodológicos possivelmente mais complexos para a vida cotidiana na sociedade contemporânea. As relações entre os conceitos e as práticas fundamentais de liberdade e reconhecimento na ação política contemporânea das Mulheres e do exercício do poder são abordados sob a ótica de Vertovec (2007), Honneth (2009), Lakoff (2016), Friston (2019). Tais relações apresentam-se como discursos naturalmente corporificados e/ou corporeados, mas as desigualdades e as diferenças na realidade revelam as contrariedades latentes nas formas e práticas de violências, renúncia política, não-reconhecimentos, obstáculos aos avanços e às conquistas nos diversos planos da vida social, em especial no plano político. A problematização da participação e do exercício do poder político enseja explorar o percurso de construção das identidades políticas e expressões cognitivas das Mulheres e os seus efeitos transformativos nos ambientes de poder da perspectiva do discurso da superdiversidade, que compreende os discursos corporais e a participação política enquanto contextos informacionais e lugares de interação. Pesquisou-se um total de 15 representantes das 03 esferas de poder no Brasil; selecionou-se 05 representantes de cada esfera para análise linguístico-cognitivo dos conteúdos audiovisuais publicizados no YouTube. A análise examinou os seguintes elementos e formas de expressão corporal nas interações face a face: Fluxo discursivo e ritualização; Entonação; Gestual e Frases. Por fim, identificou-se o fenômeno da desqualificação (degradação como categoria/noção) nesses ambientes.

Palavras-Chave: poder político das mulheres; reconhecimento social da mulheres; cognição corporificada; contextos informacionais e superdiversidade.

## **Resumen**

Los contextos informativos cambian cada pocas décadas y presentan desafíos teóricos y metodológicos posiblemente más complejos para la vida cotidiana en la sociedad contemporánea. Se abordan las relaciones entre los conceptos y prácticas fundamentales de libertad y reconocimiento en la acción política contemporánea de las Mujeres y el ejercicio del poder desde la perspectiva de Vertovec (2007), Honneth (2009), Lakoff (2016), Friston (2019). Tales relaciones se presentan como discursos naturalmente encarnados y/o encarnados, pero las desigualdades y diferencias en la realidad revelan las contradicciones latentes en las formas y prácticas de violencia, renuncia política, no reconocimiento, obstáculos a los avances y logros en los diferentes niveles de la sociedad. . la vida social, especialmente en el plano político. La problematización de la participación y el ejercicio del poder político nos permite explorar el camino de construcción de las identidades políticas y expresiones cognitivas de las mujeres y sus efectos transformadores en los entornos de poder desde la perspectiva del discurso de la superdiversidad, que comprende los discursos corporales y la participación política como contextos informacionales. y lugares de interacción. Fueron investigados un total de 15 representantes de las 3 esferas del poder en Brasil; Se seleccionaron 05 representantes de cada ámbito para el análisis lingüístico-cognitivo de los contenidos audiovisuales publicados en YouTube. El análisis examinó los siguientes elementos y formas de expresión corporal en interacciones cara a cara: flujo discursivo y ritualización; Entonación; Gestos y Frases. Finalmente, se identificó el fenómeno de la descalificación (degradación como categoría/noción) en estos ambientes.

Palabras-clave: poder político de las mujeres; reconocimiento social de la mujer; cognición encarnada;; Contextos informativos y superdiversidad.

## **Abstract**

Informational contexts change every few decades and present possibly more complex theoretical and methodological challenges for everyday life in contemporary society. The relationships between the fundamental concepts and practices of freedom and recognition in the contemporary political action of Women and the exercise of power are approached from the

perspective of Vertovec (2007), Honneth (2009), Lakoff (2016), Friston (2019). Such relationships present themselves as naturally embodied and/or embodied discourses, but the inequalities and differences in reality reveal the latent contradictions in the forms and practices of violence, political renunciation, non-recognition, obstacles to advances and achievements on the different levels of society. social life, especially at the political level. The problematization of participation and the exercise of political power allows us to explore the path of construction of women's political identities and cognitive expressions and their transformative effects on power environments from the perspective of the superdiversity discourse, which comprises bodily discourses and political participation as informational contexts and places of interaction. A total of 15 representatives from the 3 spheres of power in Brazil were researched; 05 representatives from each sphere were selected for linguistic-cognitive analysis of the audiovisual content published on YouTube. The analysis examined the following elements and forms of bodily expression in face-to-face interactions: Discursive flow and ritualization; Intonation; Gestures and Phrases. Finally, the phenomenon of disqualification (degradation as a category/notion) in these environments was identified. Informational contexts change every few decades and present possibly more complex theoretical and methodological challenges for everyday life in contemporary society. The relationships between the fundamental concepts and practices of freedom and recognition in the contemporary political action of Women and the exercise of power are approached from the perspective of Vertovec (2007), Honneth (2009), Lakoff (2016), Friston (2019). Such relationships present themselves as naturally embodied and/or embodied discourses, but the inequalities and differences in reality reveal the latent contradictions in the forms and practices of violence, political renunciation, non-recognition, obstacles to advances and achievements on the different levels of society. social life, especially at the political level. The problematization of participation and the exercise of political power allows us to explore the path of construction of women's political identities and cognitive expressions and their transformative effects on power environments from the perspective of the superdiversity discourse, which comprises bodily discourses and political participation as informational contexts and places of interaction. A total of 15 representatives from the 3 spheres of power in Brazil were researched; 05 representatives from each sphere were selected for linguistic-cognitive analysis of the audiovisual content published on YouTube. The analysis examined the following elements and forms of bodily expression in face-to-face interactions: Discursive flow and ritualization; Intonation; Gestures and Phrases. Finally, the phenomenon of disqualification (degradation as a category/notion) in these environments was identified.

Keywords: women's political power; social recognition of women; embodied cognition; informational contexts and superdiversity.

## 1. Introdução

As teorias da cognição corporificada vêm fornecendo relatos rigorosos da emoção e do processamento de informações sobre a emoção. A esse respeito, vários experimentos e reexperimentos realizados sobre a emoção têm confirmado que uma emoção envolve processos mentais sobrepostos. Neste contexto, também vários conceitos e várias noções têm sido desenvolvidas para dar suporte e possibilitar a explicação das relações entre as emoções, o corpo, a linguagem e o processamento das informações produzidas na interação com o ambiente. Dentre esses conceitos, destacamos a aplicação de superdiversidade, nicho ecológico situado e interferência perceptiva, relacionados à possibilidade de mensuração.

A *Superdiversidade* é um termo associado a um discurso relativamente recente que visa a propor um método dinâmico para a compreensão da pluralidade de complexidades derivadas de constantes e rápidas variações e mutações em um mundo global, tecnológico, móvel, abundante em contextos informacionais e comunicação, e igualmente rico em incertezas. É fato que as mudanças demográfica, sociopolítica, cultural e sociolinguística das sociedades produzem e são produzidas por diferentes contextos informacionais, os quais também se ligam aos ambientes e fluxos internos de cada indivíduo humano produzindo efeitos no pensamento e no corpo, tal como apontam as pesquisas no campo das neurociências. O discurso da *superdiversidade* repousa no reconhecimento dos

resultados expansionistas de infraestrutura e tecnologias de comunicação cada vez mais rápidas e móveis, que desde a década de 1990 viabilizam e impulsionam a interação e movimentação física dos corpos ao redor do planeta. Ao cunhar o termo “superdiversidade”, Vertovec (2006) postulou um novo caminho para apreender a nova condição de transnacionalidade em que os fluxos globais de pessoas estão mudando profundamente, tanto quantitativa e qualitativamente.

Vários autores (*apud* Arnaut & Spotti, 2014) argumentam sobre as diferenças técnicas entre os termos que rondam o multiculturalismo e seus efeitos:

... uma perspectiva de superdiversidade tem um potencial libertador na medida em que se esforça para encontrar uma “nova maneira de falar sobre diversidade (Fanshawe e Sriskandarajah 2010: 33) além das restrições do multiculturalismo clássico (Phillimore 2011) ou multilinguismo (Blommaert e Rampton 2011; Makoni e Pennycook 2007: 29). Como um representante do pós-multiculturalismo, o discurso da superdiversidade descarta os “grandes batalhões” (os termos são de Rampton em 2010) de “grupismo” cultural, social e linguístico e o antigos binários de cultura nacional *versus* culturas minoritárias, nativos *versus* migrantes e *versus* global. Tais construções binárias muitas vezes assumem um jogo de soma zero em que os padrões transnacionais mais fortes de associação implicam que o último é apenas parcialmente integrado na sociedade local (nativa) (Vertovec 2010: 90)

Por outro lado, distintamente, outros autores (*apud* Arnaut & Spotti, 2014) argumentam que é preciso considerar alguns fatores que movem essa dinâmica superdiversa, dentre os quais figuram a multiplicidade de contatos, a interseccionalidade dessas relações e a inserção escalar dos movimentos:

...o discurso da superdiversidade depende fortemente da metáfora da simultaneidade, como exemplificado, por exemplo, em (a) 'integração múltipla' de migrantes que, segundo Glick Schiller e Çağlar (2013: 499) formam redes de relações sociais e múltiplos campos sociais (ver, por exemplo, Berg e Sigona 2013; Schmoll e Semi 2013; Sepulveda, et al. 2011), (b) interseccionalidade, como “os efeitos complexos, irreduzíveis, variados e variáveis que decorrem quando múltiplos eixos de diferenciação – econômico, político, cultural, psíquico, subjetivo e experiencial – se cruzam em contextos historicamente específicos (Brah e Phoenix 2004: 76; e ver: Wessendorf 2010: 28-30), e (c) escalaridade, que no tratamento sofisticado de Kell (2013: 19) implica “ler” tanto os links horizontais (threads) quanto os movimentos verticais (saltos) dos eventos de interação e processos de construção de significado desdobrando-se ao longo do tempo e em contextos (ver também Jørgensen, et al. 2011; Van Dijk 2011: 107; Varis e Wang 2011).

Ao discurso da superdiversidade e à intrínseca relação com os contextos informacionais podemos acrescentar as noções de ‘nicho cognitivo situado’ (Clark, 2006) <sup>1</sup> e de cognição corporificada (Friston, 2018) <sup>2</sup>, os quais integram a complexidade na origem das dinâmicas, favorecendo que sejam correlacionados nas análises de modo a melhor explorar as implicações destes conceitos e a adensar o entendimento da problemática do poder político, uma vez que se trata de aprofundar o (re) conhecimento e a autopercepção corporal da mulher que participa e exerce o poder político nos diferentes ambientes. A forma como as mulheres agem, pensam, sentem, é condicionada pela forma como seus corpos são tratados e reconhecidos no ambiente social, ou seja, a partir dos *inputs* de informações recebidas do ambiente. Esta constatação é tanto teórica quanto empírica, pois

ecoa no tempo passado desde as ‘especulações filosóficas’ de Spinoza, chegando aos dias atuais com as experimentações nas áreas de linguística cognitiva, neurociências e psicologias. Para Spinoza existiam duas Éticas – Ética Racional e Ética dos Afetos –, referentes à apreensão do real (abstrato) e ao modo de viver (concreto). Ocorre que elas apresentam um paralelismo psicofísico que depõe sobre a não dicotomia entre teoria e prática, assim como à não segmentação entre pensamento e corpo. E no tempo contemporâneo, experimentações de cientistas nas neurociências e psicologias afirmam que a compreensão dos mundos físico e social é inata (Gary Marcus, 2004); que o corpo determinaria as possibilidades de ação e de compreensão, entendimento das informações que conduziriam às ações e aos objetivos na realidade (Friston, 2018). Logo, a evolução de um pensamento mais aberto apresenta uma relação direta dos corpos (autopercepção) e entre os corpos (interação social) e à medida das “informações recebidas” (experimentadas) na realidade. A investigação das relações intrincadas, ambíguas, mediatizadas e situadas entre conceitos, ambientes e ações políticas das mulheres nos séculos XX e XXI, tendo como evidência a luta política travada por meio do corpo da mulher no ambiente social e sua percepção do processo, bem como o pensamento acerca da liberdade e do reconhecimento social, constitui um desafio para a determinação de uma elaboração teórica e ação da mulher no exercício do poder político. Trata-se de examinar a noção de reconhecimento social<sup>3</sup> e sua aplicação na compreensão da luta política<sup>4</sup> das mulheres, verificar a aplicabilidade teórico-prática das noções de ciclo de percepção da ação corporal e de causalidade circular induzida na autopercepção de mulheres no exercício do poder político e identificar padrões de informação na autopercepção e ação corporal de mulheres em ambientes de poder político no Brasil. A pesquisa toma como hipótese principal que a resignificação, retificação e ampliação da observação da ação e entendimento das informações e dos contextos informacionais nos diálogos entre ambiente interno e externo sobre a ação corporal de mulheres no exercício do poder político pode contribuir para acelerar novas concepções de automodelagem e autopercepção corporal das mulheres que estimulem a sua participação política e engajamento ao exercício do poder político

## 2. A *Superdiversidade*, os contextos informacionais e o exercício do poder político das mulheres no Brasil dos séculos XX e XXI

O conceito de Superdiversidade (Vertotec, 2007) auxilia a compreensão da diversificação da diversidade das relações interpessoais em um mundo povoado por concepções, padrões e condições sociais, culturais, econômicas que definem as intersubjetividades e normatizam as trocas humanas, marcando as relações e o reconhecimento dos direitos e deveres recíprocos, bem como as interpretações em e dos diferentes contextos informacionais. Esse mundo é moldado e apreendido nas formas de pensamento e ação, ‘materializado’ ou percebido, nas trocas entre os corpos mediados por suas funcionalidades cognitivo-sociais que ocorrem no e com o meio em que vivem. Portanto, os sujeitos e suas subjetividades são constituídos a partir das trocas com o meio, bem como incluídos e

aptos a participar deste meio com sua corporeidade. A noção de corporeidade se apoia em dois pilares (Mead, 1967)<sup>12</sup>- reconhecimento e socialização - para a constituição da identidade humana, isto é, “... a ideia de que os sujeitos humanos devem sua identidade à experiência de um reconhecimento intersubjetivo...”<sup>13</sup>; bem como nas formas e mecanismos de percepção por meio dos quais o sujeito reconhece e utiliza o corpo em suas relações sociais e nas trocas com o ambiente, que irão modelar as sensações, emoções e percepções individuais e coletivas. Esta noção, que será discutida na seção I.1, é fundamental para compreender o processo e as condições de formação dos sujeitos sociais e os impactos que o reconhecimento intersubjetivo e a socialização produzem na constituição do ‘si mesmo’ para as Mulheres a partir da interação social e os desdobramentos na sua autopercepção e participação efetiva na vida política da comunidade. Tal processo de formação remete à noção de socialização ‘individuadora’, a partir do qual é possível articular o conjunto das possibilidades e

---

<sup>12</sup> Mead se interessava sobre a perspectiva que um ator adota no relacionamento sempre alcançado com seu parceiro de interação, e que a psicologia poderia obter uma visão interna dos mecanismos através dos quais surge uma consciência própria da subjetividade. Suas ideias se ocupam com o tema da autorrelação prática do ser humano e a formação da identidade prático-moral do sujeito, as quais estão diretamente implicadas nas abordagens em torno da luta por reconhecimento. Mead encarou os seres humanos como atores sociais em que o "eu" como eu sou está em contínua interação com o "eu" como os outros me veem de tal modo que, para o autor, a vida social é um processo de adaptação e ajustamento aos padrões sociais existentes. Para o autor existem duas categorias importantes para àquelas duas ideias: “...o *Eu* entendido como instância do indivíduo responsável por responder aos problemas práticos, sem, porém, a aptidão de se enxergar a si mesmo numa relação intersubjetiva; e o *Me*, a autorrelação originária, em que o indivíduo tem consciência de si a partir da posição de um objeto, ou seja, do reagir diante de outro, tido como seu defrontante, que acessa seu campo de visão...” (Honneth, 2009: 128, 133); dito de outra forma o ‘Me’ corresponderia à identidade social, é o sujeito social ou o reproduzidor da ordem social, e o Eu à identidade criativa.

<sup>13</sup> HONNETH, Axel, 2009. Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais. In: Reconhecimento e socialização: MEAD e a transformação naturalista da ideia Hegeliana, p.125). São Paulo: Editora 34.

capacidades de pensar e agir das Mulheres de uma perspectiva social que apresenta historicamente um déficit social formativo, tanto de autoconhecimento individual quanto de reconhecimento da responsabilidade das sociedades com as Mulheres como membros de um todo. Trata-se de, portanto, e fundamentalmente necessário, reconhecer, reconstituir ética e epistemologicamente o percurso das mulheres na dimensão evolutiva das sociedades. E nela o papel das estruturas sociais do reconhecimento na formação das subjetividades, nas suas relações com o meio, e o potencial da aprendizagem prático-moral para o aumento do saber sobre a própria identidade, suas pretensões subjetivas e os conflitos de poder desencadeados na sua busca por autodeterminação no espaço e no tempo. Nesse ponto, retornamos ao conceito de superdiversidade para sublinhar a importância de contemplar a natureza e variedade de elementos nas interações discursivas em diferentes contextos informacionais e comunicacionais nas análises das trajetórias das Mulheres que exercem o poder político. A investigação científica social com a aplicação do conceito de superdiversidade na análise de variedade de materiais e conteúdos possibilita captar elementos, expressões linguísticas, cognitivas, complexidades culturais presentes em imagens, gestuais, movimentos e falas, associados a padrões e práticas sociais correntes e revelando novos *insights* e fenômenos. Por exemplo, em espaços públicos de poder, a reação de mulheres juízas e parlamentares às interrupções de suas falas face aos comportamentos desrespeitosos, as ritualizações diante dos confrontos intelectuais, as manifestações contundentes de insatisfação da plateia que ignora a representante na hierarquia do cargo, revelando a reprodução de padrões culturais e de desigualdade das relações sociais da vida cotidiana das mulheres nas esferas institucionais de poder, mesmo em um regime político democrático. Esta orientação teórica possibilita ainda identificar novos padrões de desigualdade e preconceito, a emergência de categorias de análise para a compreensão de condições e desafios anteriormente ocultos, bem como a convergência de variáveis em ‘exercícios multissituados e multigrupo’<sup>14</sup> e uma abordagem situacional revitalizada<sup>15</sup>. À luz das numerosas dimensões que a ‘superdiversidade’ permite abordar, destacamos a relevância da informação, suas relações, conexões e funções com o meio, bem como a determinação que exerce na autopercepção e automodelagem dos sujeitos nas trocas e reconhecimentos em diferentes ambientes e contextos informacionais. Trata-se tanto dos sentidos (dimensão semântica)

---

<sup>14</sup> “A investigação sobre a superdiversidade poderia encorajar novas técnicas para testar quantitativamente a relação entre múltiplas variáveis e realizar qualitativamente em pesquisas etnográficas exercícios multissituados (considerando diferentes localidades e espaços dentro de uma determinada localidade) e multigrupo (definido em termos de convergência variável de etnia, status, gênero e outros critérios da superdiversidade)”. (Vertotec, 2007) Tradução nossa.

<sup>15</sup> “...em que um conjunto de interações são observadas e uma análise “trabalha para fora” para levar em conta não apenas o significado das interações para os participantes em si, mas também os critérios e estruturas abrangentes que impactam dependem das posições, percepções e práticas desses atores ...” (cf. Rogers e Vertovec 1995 apud Vertotec,

quanto do ‘desempenho’ da informação pelas funcionalidades cognitivo-sociais (dimensão pragmática) na modelagem das relações intersubjetivas, com o meio, com os corpos e entre os corpos.

... O cérebro, os processos cognitivos estão acoplados ao corpo, o cérebro vive e usa o corpo e obtém dele todas as sensações; e o corpo também carrega a forma como adquirimos informações, como mostramos nosso mundo, como estamos acoplados e ligados ao mundo, que depende de movimento, pois quase tudo no mundo depende simplesmente de mover o corpo. a única maneira que o cérebro pode falar com o ambiente é através do seu corpo (Friston, 2018).

Para Friston<sup>16</sup> (2018) não se trata apenas do cérebro filtrar e dar sentido as informações sensoriais, pois o cérebro precisa ir ativamente e amostrar essas informações e usar o corpo para fazer isso sob todos os imperativos que ter um corpo implica. Então, para ele, incorporar a cognição significa reconhecer a importância do corpo e o contexto incorporado.

Por outro lado, o autor também apresenta a concepção de interferência ativa<sup>17</sup> (energia livre), e a simetria que ocorre ao nível das percepções e as ações dos sujeitos na relação com o meio, assim como aponta as duas modalidades de ativismo (não radical e radical), ressaltando que o ativismo extremo encerra uma posição filosófica sobre cognição corporal que dispensa completamente o cérebro de palmas, por exemplo, bem como dispensa o representacionalismo. No ativismo extremo não há cognição, pois se o corpo está suficientemente sintonizado com o ambiente não é necessário cognição, uma vez que tudo está no acoplamento do corpo ao ambiente que está imerso. Dessa corrente filosófica destaca-se a noção de percepção direta<sup>18</sup>, elaborada por James Gibson (1962)<sup>19</sup>,

---

<sup>16</sup> Karl J. Friston é um cientista que tem contribuições fundamentais em áreas como imagens funcionais do cérebro, técnicas estatísticas para sistemas dinâmicos e o Princípio da Energia Livre (FEP). A discussão proposta por Karl Friston leva a um esclarecimento de como a Inferência Ativa mina as ideias clássicas relacionadas às representações neurais internas e às dicotomias claras de ação-percepção. O FEP é uma estrutura teórica mais ampla que visa unificar os aspectos psicológico, neural e natureza biológica dos seres vivos (Friston, 2010, 2013; Ramstead, Badcock, & Friston, 2017).

<sup>17</sup> Interferência ativa ou energia livre trata da troca entre os estados internos de um sistema e os estados externos e faz muito pouca distinção da direção entre essas trocas. Esta abordagem implica que independente da direção nada muda e que há uma simetria, o que significa que a ação do sujeito sobre o mundo se torna a maneira do mundo perceber o sujeito e o mundo age sobre o sujeito através da sua percepção do mundo. O Princípio da Energia Livre, formulado pelo renomado neurocientista Karl Friston, propõe uma explicação de como o cérebro lida com isso. Ele afirma que os neurônios estão constantemente gerando previsões de cima para baixo para explicar os dados sensoriais recebidos.

<sup>18</sup> Existem duas grandes abordagens teóricas: a Percepção Direta, que afirma que toda informação de que necessitamos para percebermos o estímulo está no *input* sensorial que recebemos; ou a Percepção Construtiva, que afirma que construímos ou criamos o estímulo que é percebido através da interação, no momento da percepção. (In: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34806/34806\\_3.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34806/34806_3.PDF). Acesso em 20 de março de 2024)

<sup>19</sup> Para James Gibson, a fonte do fluxo de pensamento é a atividade do corpo e, por conseguinte, a experiência vivida é a experiência da atividade.

para o qual a maneira como percebemos as coisas está apenas a serviço de como podemos agir sobre elas, de modo que algo que pode ser visto só é visto em virtude de como pode ser manipulado. Logo, toda a capacidade perceptiva seria fundamentada essencialmente pelas oportunidades de ação que a percepção oferece, de modo que só percebemos em termos do que isso significa para o nosso comportamento, ou seja, de nossas disponibilidade e intenções.

A evolução do entendimento e as pesquisas recentes em diferentes campos da ciência permitem, conforme apontado por Friston (2018), superar a ideia do cérebro como ligação estímulo-resposta ou banco de filtros que apresenta informações; e pensá-lo da perspectiva de um ciclo de percepção da ação, e a causalidade circular induzida pela noção de que o ambiente está sobre o sujeito, e o sujeito está agindo sobre o ambiente, e que trata-se de um diálogo. Este diálogo seria pautado por uma simetria, e essa causalidade circular dos sujeitos inseridos no mundo ocorreria por meio de uma personificação de nosso cérebro e sua cognição. Para o autor, a cognição corporificada não é uma sutileza filosófica, uma vez que ocupa também discussões neurofilosóficas e tem um prática e implicações pragmáticas, tanto para os estudos quanto para a compreensão da cognição corporal em sua extensão, por exemplo, da autopercepção, das barreiras sociais, dos obstáculos à possibilidade de inclusão efetiva, das formas de enfrentamento, da luta por reconhecimento e igualdade, e re (construção) histórica, social e cultural das disputas por liberdade e poder pelas mulheres nos ambientes e contextos informacionais.

As modelagens e o empacotamento das informações, a circularidade da informação como dimensão e função de troca com o meio possuem significativa relevância para a compreensão da formação e repetição dos padrões de impressão sensorial e da percepção, as quais podem obstaculizar a inclusão, as mudanças e sua consolidação no tempo e espaço. Para tanto, é fundamental associar experiência informacional (qualidade e seleção das informações), condições do fluxo informacional, e jogo da circularidade da informação na dinâmica de constituição da formação intersubjetiva *versus* relação com o meio.

A perspectiva de aplicação dessa abordagem teórico-metodológica implica reconhecer a complexidade e a importância de mobilizar noções de outras áreas do conhecimento que auxiliem na exploração e identificação de elementos diversificados para subsidiar a construção de um modelo exploratório e explicativo da autopercepção corporal das mulheres brasileiras no processo de enfrentamento e superação das atuais dificuldades sociais no engajamento ao poder político.

A questão do exercício do poder político das mulheres materializa as dificuldades, os conflitos e as experiências de injustiça que ocorrem na dinâmica social efetiva e a ela se seguem, bem como refletem as experiências morais e evidenciam a violação de pretensões de identidade adquiridas na socialização. Dito de outra forma, um dos problemas centrais do exercício do poder político se

ancora historicamente no processo emancipatório das mulheres, em uma dinâmica de luta social estruturalmente localizada dentro do espaço moral de interações sociais que revela os conflitos sociais de um modelo de integração social (em um mundo administrado, colonizado etc.) e as formas de luta entre os sujeitos sociais na busca de reconhecimento de sua identidade e igualdade de participação na organização da vida comum. Aqui destaca-se a complexidade, as conexões e as profundas alterações históricas e sociais havidas ao longo do desenvolvimento das práticas comerciais, da comunicação e imprensa, competições e concorrências acirradas, afetando a vida social com impactos estruturais de ação orientada aos diferentes aspectos do poder, a nível global, seja ele poder sociopolítico ou força semântica. Trata-se, portanto, de examinar o nexo entre as relações linguísticas e os poderes, as expressões e características do poder no mundo contemporâneo, nas interações sociais, nos diálogos culturais e sociais nos diferentes contextos informacionais e territórios, lembrando que poder físico e poder semântico sempre estiveram intrinsecamente ligados na história da humanidade. De forma sintética, e em um marco epistemológico amplo<sup>20</sup>, destaca-se, ainda, o poder enquanto expressão do poder cósmico ou no contexto sagrado, de caráter metafísico e expressão ritual; e o poder enquanto expressão no contexto secular e referenciado à liberdade, tomada como um atributo essencial da autoconsciência, relacionada ao conceito de poder da liberdade ou identidade de poder, e de base metafísica. Nesse sentido, é relevante apontar a perspectiva da liberdade enquanto intrínseca aos sujeitos humanos e, como tal, nessa concepção, é um tema de auto-reconhecimento e autocapacitação, incluindo duas noções: 1) o poder é um constituinte intrínseco do ‘auto’ e é atualizado por meio da auto-realização, e não apenas por meio do conflito social; e 2) a liberdade é um esforço positivo, uma vez que não é concedida por um ser transcendental, e o poder não é oriundo ou transmitido por uma autoridade divina. Essa abordagem epistemológica defende outra dimensão do poder, que difere do poder em tensão ou que se equipara à luta, isto é, um outro poder com funções de harmonia, o poder necessário para manter a harmonia, que se manifesta nos níveis pessoal e coletivo e cuja consequência imediata é o reconhecimento do poder em termos de liberdade. Um poder que reconhece e tem como parâmetro a diferença, aceita a liberdade como algo que se atualiza, se vivencia em dinamismo, e tem a liberdade como uma propriedade inerente da consciência; nesse poder, a liberdade se expande com o reconhecimento da centralidade do tempo na criação e sustentação da diversidade. “É através do

---

<sup>20</sup> Tilmasina, Staneshwar. Reconstruindo a filosofia do poder de Abhinavagupta, 2020. In: [https://www.academia.edu/43158614/Reconstructing\\_Abhinavaguptas\\_Philosophy\\_of\\_Power?email\\_work\\_card=thumbnail](https://www.academia.edu/43158614/Reconstructing_Abhinavaguptas_Philosophy_of_Power?email_work_card=thumbnail). Acesso em 4 de maio de 2024. Esta abordagem diferenciada da categoria poder permite a compreensão e a inclusão de epistemologias consideradas “exóticas” na produção de conhecimentos em um diálogo global sobre a filosofia do poder. Trata-se da possibilidade da inclusão de epistemologias não-ocidentais, admitindo-se que todas as culturas, pequenas ou grande, vivas ou do passado, podem contribuir para a humanidade.

tempo que o poder se desenvolve, enquanto o tempo em si é um modo de poder”<sup>21</sup>. Autoconsciência, auto-reconhecimento, autoexpressão, autocapacitação, autoestima e criatividade, bem como o desenvolvimento de uma consciência autodiferenciada, são expressões do poder.

### 3. Poder, Linguagem e Luta por Reconhecimento Social

Poder é o conceito modal de política, e teoricamente foi historicamente reduzido à questão de seu funcionamento, uma vez que a maioria das discussões sobre poder na ciência política e filosofia são empíricas e funcionais, caracterizando-o por uma circularidade que sustenta que ele é apenas um fenômeno ou objeto a ser observado empiricamente. Para compreender o conceito de poder é importante examiná-lo como categoria que representa não uma condição sob a qual certas coisas podem ser feitas e pensadas ou ‘poder sobre’(algo, alguém, por exemplo, questões factuais e possíveis respostas empíricas sobre quem são os poderosos, como é exercido o seu poder e quais os seus efeitos, como medir o poder dentre outras), mas uma possibilidade em oposição à necessidade<sup>26</sup>, uma relação social e um componente essencial tanto para a definição de política e suas implicações nas distinções entre necessidade/liberdade e sociedade/política quanto para a compreensão do papel da persuasão na política e suas diferentes dimensões. O poder tem sido entendido comumente como significando quais fenômenos são instâncias do poder (o ‘poder para’ enquanto múltiplos poderes e de variadas formas), e apesar das variações de definições ao redor de poder igual a ‘ter o poder de’, ‘poder sobre’, elas expõem e partilham o mesmo caráter circular, ou seja, explicitam a equivalência entre ‘poder e ter o poder de’, bem como revelam a dependência do ‘poder sobre’ do conceito abrangente ‘poder para’. Dessa perspectiva conceitual, torna-se claro que a noção existente de ‘poder para’ é abrangente e se dá independentemente do seu significado moral. Portanto, pode-se dizer que o poder pode ser discutido e definido a partir da condensação de três componentes básicos: 1) circular: poder é poder; 2) refere-se a um agente com poder; 3) refere-se ao exercício do poder de um agente sobre um ou mais assuntos. De forma geral, esses elementos estruturam as discussões sobre o poder, ainda que diferenças sejam encontradas na perspectiva foucaultiana (dessubjetivação do poder ou a sua desfiguração); perspectiva despersonalizante na teoria dos sistemas e em todas as perspectivas funcionalistas na ciência política e sociologia; e na Escola de Frankfurt seria entendida com ênfase nos aspectos de dominação. Do ponto de vista das dimensões ou faces do poder, é relevante destacá-las para que se possa de um lado, constatar a circularidade das definições de poder e, conseqüentemente seus limites; e, do outro lado, refletir sobre a ilusão ou real possibilidade de produzir uma definição ou conceito tão geral e capaz de abarcar tudo o que o poder é. Essas três

---

<sup>26</sup> Arendt, H. A mentira na política. In: Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 1972.  
\_\_\_\_\_. Crises da República. São Paulo: Perspectiva, 1973.

dimensões<sup>27</sup> apontam para as seguintes questões: 1) algumas definições de poder permitem identificar o poder apenas quando ele é exercido em decisões visíveis, mas o poder precisa não ser visível para ser eficaz; 2) a capacidade de moldar secretamente a agenda é uma outra chave do poder, e muitas vezes está disponível apenas como resultado de estar em uma posição dominante, sem necessariamente implicar em uma ação específica; 3) o papel do poder na formação da percepção de opções disponíveis: uma distorção sistêmica que não é analisável em termos de behaviorismo ou individualismo metodológico e, em geral, nem mesmo cognoscível sem pressupor condições contrafactuais.

No contexto do exercício do poder político, é muito importante destacar que a maneira como o poder é percebido e compreendido é essencial e determinante para as ações políticas, pois segundo Parietti (2013): “a relação do poder político com as pessoas como atores é precisamente o que o torna diferente de uma capacidade genérica, permitindo individuá-lo como um conceito significativamente circunscrito, mas ainda assim suficientemente amplo para cobrir as diversas manifestações do poder político, incluindo a dominação”.

Portanto, as ações políticas são impactadas de forma significativa pelas relações entre informação, percepção e trocas com o ambiente, evidenciando que para além da causalidade, o poder representa a condição sob a qual algumas coisas podem ser pensadas e feitas. Mas que tipos de condição corresponderia ao poder? Condições de compreender, falar, e agir de certos modos; por exemplo, o modo da possibilidade, que não seria possível sem a linguagem, pois a possibilidade está ligada às capacidades representacionais da linguagem de uma forma que outras categorias podem não estar. Nessa perspectiva, uma vez que a linguagem é socialmente contingente e em parte dependente das formas como os conceitos são organizados culturalmente e filosoficamente, há uma conexão intrínseca do poder com a retórica e a persuasão como suas condições de possibilidade e das ações políticas. Logo, as ações são ou devem ser movidas pela persuasão por meio da linguagem representativa, assim como os movimentos e expressões corporais reagem aos comandos antecipados

---

<sup>27</sup> As dimensões ou faces 1 e 2 referem-se às aos problemas apontados por Bachrach e Baratz sobre a definição de poder de Dahl (1957). A dimensão 3 foi encontrada por Steven Lukes.

Bachrach, P., Baratz, M.S. Two Faces of Power, *American Political Science Review*, 56, no. 4 (1962): 947-52. Lukes, S. Power: A Radical View, 62-63. Quoting and commenting: B. Latour, “ Powers of Association,” In *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge?*, Ed. J. Law (London: Routledge, 1986), 278.

no cérebro a fim de responderem aos eventos. Aqui cabe retomar a insistência contínua de Arendt<sup>28</sup> no papel da retórica, da narrativa e da persuasão na política, uma vez que para ela era clara a ligação entre o poder como possibilidade e as capacidades representacionais da linguagem. Dito de outra forma, para Arendt o poder enquanto ação política se expressava nas interações humanas por meio da linguagem e dos significados na linguagem cotidiana, enquanto o poder também apresentava um caráter disposicional. A noção de possibilidade é intrínseca ao poder e possui uma dupla aplicação – subjetiva e objetiva – como pode ser compreendida por meio da análise linguística.

## **2.1 Luta por Reconhecimento Social: o fenômeno da desqualificação e seus desdobramentos na ação política**

Nas seções anteriores, procuramos demonstrar como a intersubjetividade é estruturada por interações sócio-cognitivas nos ambientes e exerce função estruturante no pensamento e ação dos sujeitos reconhecidos como membros de uma sociedade por meio de uma identidade compartilhada que pode integrar ou não as diferenças individuais. A integração dos sujeitos ao sistema de normas e sua lógica resulta da permanente correlação de forças que moldam o desenvolvimento da sua subjetividade e identidade individual e coletiva e tornam possível o seu reconhecimento nas esferas emotiva, da estima social e jurídico-moral. A esfera emotiva se relaciona à autoconfiança e autorrealização pessoal; a esfera da estima social se relaciona ao respeito solidário e à autoestima; e a esfera jurídico-moral ao autorrespeito, e autonomia em que a pessoa individual é moralmente imputável. Essas dimensões do reconhecimento serão abordadas nessa seção no intuito de elucidar o fenômeno da desqualificação das mulheres e sua ação política auxiliada pela interpretação de Honneth (2019) das formas de desrespeito e degradação de formas de vida ou reconhecimento recusado. Interessa-lhe particularmente os conflitos originários de uma experiência de desrespeito social, de um ataque à identidade pessoal ou coletiva, que mobilizem uma ação para restaurar as relações de reconhecimento mútuo ou que seja capaz de desenvolvê-las em um nível mais elevado. Honneth se propõe a reconstrução da lógica das experiências do desrespeito e lutas que se dão a partir delas por meio da análise da formação da identidade prática do indivíduo em contextos de relações de reconhecimento. O conflito social é central em sua teoria, é a base de interação, e a gramática do conflito, a luta por reconhecimento. Sua teoria se apoia em bases intersubjetivas e componentes

---

<sup>28</sup> Arendt, H. A condição humana. São Paulo: Forense, 1987.

\_\_\_\_\_. A vida do espírito. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

universalistas para com elas explicar o papel dos conflitos e suas configurações sociais e institucionais e a partir delas buscar as suas lógicas.

Em sua teoria do reconhecimento, ele aponta que a autodescrição daqueles que se veem maltratados ou ofendidos ou rebaixados por outros em sua integridade de ser humano desempenha um papel dominante nas categorias morais; se referem as formas de desrespeito, ou seja, de reconhecimento recusado. Esses conceitos negativos na linguagem cotidiana indicam um comportamento injusto não somente por ferir a liberdade de ação dos sujeitos ou lhes inferir danos, mas por visar um comportamento lesivo que fere as pessoas na compreensão positiva de si mesmas, que elas adquiriram de maneira intersubjetiva. Aquele evento expresso na linguagem cotidiana comprova o entrelaçamento interno de individualização e reconhecimento que tal como defendido por Mead (1967) revela a vulnerabilidade particular dos seres humanos, que Honneth designa por ‘desrespeito’, “visto que a autoimagem normativa de cada ser humano depende da possibilidade de um resseguro constante no outro, vai de par com a experiência de desrespeito o perigo de uma lesão, capaz de desmoronar a identidade da pessoa inteira”.<sup>29</sup> Também é na e por meio da língua que fica visível e se expressa “o desrespeito ou ofensa”, alcançando graus diversos de profundidade na lesão psíquica de um sujeito. Essas formas de expressão nem sempre são tão visíveis como um rebaixamento ligado à denegação de direitos básicos elementares, pois pode ser uma humilhação sutil, por exemplo, um fracasso pessoal, uma desqualificação ou uma expressão suave que se perde em meio a outras expressões de teor mais agressivo. As expressões na linguagem cotidiana podem ser também vivências corporais, tais como gestos, tom da voz, olhar, silenciamentos, ritualizações, pausas, dentre outros, e apresentarem um teor maior ou menor de desrespeito e produzirem efeitos nas subjetividades e nas relações dos sujeitos, as quais podem abalar sua autorrelação prática, privá-los do reconhecimento de suas pretensões de identidade e expectativas intersubjetivas, motivando o impulso de resistência e conflito social para uma luta por reconhecimento. As diferentes formas e níveis de desrespeito podem se estender a integridade corporal como maus-tratos e violência/lesão física, tortura que são formas elementares de rebaixamento pessoal e de efeitos destrutivos duradouros de destruição da autoconfiança psíquica, da autoestima, do autorrespeito, a perda da autonomia de seu corpo, da vontade própria e do senso de realidade, e vergonha social. Tais expressões encerram para os sujeitos experiências ora de subtração ora de negação e privação do seu reconhecimento, desrespeito a sua identidade, lesão ao seu equilíbrio intersubjetivo e sentimento de estar desprotegido e sujeito à(s) vontade(s) do(s) outro(s).

---

<sup>29</sup> Mead *apud* Breakwell, G. M. In: *Threatened Identities*, Nova York, 1983.

O fenômeno da desqualificação está inscrito no tipo de desrespeito que lesa os sujeitos nas possibilidades de seu autorrespeito, um tipo de experiência de rebaixamento que afeta negativamente o valor social de indivíduos ou grupos, depreciando e desrespeitando seus modos de vida e comportamentos por meio de formas valorativas negativas da língua corrente com uso de expressões de ofensa ou degradação. Esse fenômeno refere-se também a autoestima social e, portanto, à autorrealização, diminui e retira dos sujeitos toda a possibilidade de atribuir um valor social às suas próprias capacidades. Esse tipo de desrespeito inflige uma degradação dos valores que determinados padrões de autorrealização têm para os sujeitos de forma a impedi-los de atribuir um significado positivo para a condução de sua vida no interior de uma coletividade. Trata-se de uma experiência de desvalorização social que implica uma perda de autoestima pessoal e da possibilidade de ver a si próprio como reconhecido por suas propriedades e capacidades características. Essa experiência representa uma subtração do assentimento social a autorrealização que o sujeito construiu com o encorajamento baseado em solidariedades de grupo. Ela revela também uma degradação cultural de si mesmo, de caráter individual, na medida em que os padrões institucionalizados de estima social se individualizam historicamente, tal como a participação política e o exercício do poder político das mulheres. Nas esferas de disputa pelo poder político, as mulheres não encontram padrões institucionalizados de estima social que permitam a visualização de suas capacidades características próprias (autopercepção corporal e automodelagem), e a inclusão de sua autorrealização no exercício do poder, tornando as experiências das mulheres que exercem o poder individualizadas, desprovidas de reconhecimento mútuo, isoladas historicamente e muitas desvalorizadas socialmente pela coletividade de mulheres que não se reconhece naqueles padrões institucionalizados no ambiente, perpetuando assim não somente um ciclo de privação de direitos, mas um padrão de características na formação das identidades individual e coletiva das mulheres e de relações intersubjetivas e trocas com o meio que dificultam os avanços e retardam as mudanças históricas de acesso ao poder.

#### 4. Metodologia

A pesquisa realizou a identificação e verificação de categorias de análise linguística cognitiva, a partir da busca e seleção previamente realizada de conteúdos de expressão corporal publicizados no YouTube, de mulheres que exerceram ou exercem cargos e poder político em ambientes e contextos informacionais e esferas institucionais dos poderes legislativo, executivo e judiciário no Brasil. Foram pesquisados um total de 15 representantes das 03 esferas de poder, e selecionadas 05 representantes de cada esfera de poder para análise dos conteúdos audiovisuais.

##### a) Identificação e verificação de elementos de análise linguístico-cognitiva

A identificação se deu a partir da análise dos conteúdos audiovisuais das representantes dos 03 poderes brasileiros, a repetição dos seguintes elementos de análise linguístico-cognitivo e de formas de expressão corporal nas interações face a face: Fluxo discursivo e ritualização (Interrupção e pausa

da fala por si); Entonação (tom e intensidade de voz); Gestual (movimentos corporais de mãos, braços, cabeça, olhar) e Frases (destacadas das falas das participantes no processo intenso de interação social e emocional). A partir das análises das interações experimentadas pelas participantes, esses elementos ligados às expressões corporais puderam ser identificados, sistematizados e tratados por meio dos referenciais teórico-conceituais abordados transdisciplinarmente. Convém destacar ainda, a identificação do fenômeno da desqualificação e a sua relação desfavorável c A identificação se deu a partir da análise dos conteúdos audiovisuais das representantes dos 03 poderes brasileiros, a repetição dos seguintes elementos de análise linguístico- cognitivo e de formas de expressão corporal nas interações face a face: Fluxo discursivo e ritualização (Interrupção e pausa da fala por si); Entonação (tom e intensidade de voz); Gestual (movimentos corporais de mãos, braços, cabeça, olhar) e Frases (destacadas das falas das participantes no processo intenso de interação social e emocional). A partir das análises das interações experimentadas pelas participantes, esses elementos ligados às expressões corporais puderam ser identificados, sistematizados e tratados por meio dos referenciais teórico-conceituais abordados transdisciplinarmente. Convém destacar ainda, a identificação do fenômeno da desqualificação e a sua relação desfavorável com as condições sociais e os fatores culturais presentes nos ambientes. O fenômeno da desqualificação (degradação como categoria/noção em Honneth, 2009, 2015) se destaca no contexto do exercício poder político pelas mulheres ao mesmo tempo como fator intrínseco e extrínseco às narrativas e interações sociais, tal como pode ser claramente identificado nos questionamentos e falas dirigidas às mulheres nos momentos conflituosos e de embates vigorosos.

#### b) Da seleção das entrevistas/entrevistadas

A seleção das entrevistas para o estudo piloto contemplou os seguintes aspectos: ambientes institucionais dos poderes legislativo, executivo e judiciário no Brasil nas duas últimas décadas do século XX e nas duas décadas iniciais do século XXI. Privilegiou também para a seleção mulheres que se destacaram por sua liderança política e expressão/exposição no canal YouTube, além do cargo político ocupado. A amostra da análise é composta de um total de 15 entrevistas, divididas em 5 entrevistas por ambiente institucional. Não se privilegiou espectro ideológico, partidário e *status* socioeconômico na seleção das entrevistadas. O aspecto geracional não foi incluído para fins de perfil e análise, apesar da observação da dimensão temporalidade presente no escopo da pesquisa. Convém destacar que a explosão das mídias sociais é um acontecimento recente, e com destaque no século XXI e, portanto, a presença de mulheres da política do século XX no canal YouTube não é expressiva. Ademais, é importante ressaltar a relevância dos canais de comunicação digital no século XXI para o processo de participação política, a emergência e popularização de personagens políticas no mundo virtual.

## 5. Análise e discussão dos resultados

Do ponto de vista do princípio da energia livre de Friston (2017), todo sistema existente, seja ele biológico, cultural, social tende a se comportar como se tivesse um modelo de mundo e estivesse tentando reunir evidências para seu próprio modelo de mundo. Isso implica reconhecer a existência de uma separação entre a ‘coisa’ e todo o resto, pois se não houvesse fronteiras não haveria nada porque conseqüentemente não haveria distinções entre as coisas no mundo. Essa suposição permite compreender a separação dos estados das coisas de um sistema abstrato mundial, isto é, separar em coisas que são internas à fronteira que pertence a esse sistema e coisas que estão fora da fronteira, que são externas ao sistema, por exemplo uma célula e seu meio, o ser humano e seu ambiente. Para Friston esse raciocínio acoplado à noção de existência de sistema ao longo do tempo é capaz de revelar o comportamento dos estados internos e externos, de forma que podemos pensar de um lado em estados sensoriais que são apenas definidos porque não influenciam os estados externos, mas medida que eles chegam do mundo exterior para o mundo interno (o cérebro); e, por outro lado, há estados ativos que vão na direção oposta e influenciam os estados internos, mas não são influenciados por estados externos, e são dependentes dos estados internos. Essa discussão é fundamental porque possibilita mobilizar as noções teóricas desenvolvidas ao longo desse estudo para compreender que ao se considerar que cada sujeito mulher tem um modelo de mundo, seus estados ativos explicariam como ela se move no mundo, e os estados sensoriais indicariam as atividades de todos os seus órgãos sensoriais e a motivação de suas ações. Logo, significa a possibilidade de pensar e conceber a existência e o funcionamento de um sistema de duas perspectivas: 1) um sistema que resistiria a influenciam os estados internos, e assim a informação sensorial seria mediada por estados sensoriais à dispersões e flutuações ao longo do tempo; 2) do comportamento dos estados sensoriais e estados ativos e sua relação com os movimentos de mudança.

Da relação entre cognição corporificada e linguagem, destacamos as pesquisas de Lakoff (2016) sobre as relações entre pensamento-fala-ação, e a relevância das experiências corporais e das ações sobre as palavras, pois “as palavras falam mais alto” (Bergen, Benjamin, 2012 *apud* Lakoff, 2016), afetando diferentes partes do cérebro e revelando o que está ativo e o que está sendo aprendido à medida que estão ativos. Portanto, o movimento é ação e vice-versa.

Quanto aos aspectos e faces do poder, é preciso destacar que o seu exercício não se restringe ao visível, ao que se pode controlar, ao que é possível circunscrever e tratar, ou seja, a possibilidade de

tratamento versus sua circunscrição, mas trata-se de conceber a invisibilidade do poder no sentido da inação, o que não o torna menos efetivo e poderoso; bem como constatar a existência de uma agenda secreta do poder.

Por fim, pode-se concluir que a formação das identidades, as interações sociocognitivas e as relações intersubjetivas constituem experiências que ocorrem completamente conectadas e vinculadas às experiências de reconhecimento social dos sujeitos por meio das formas de expressão da linguagem cotidiana. E, portanto, uma mudança no comportamento das mulheres quanto à participação política passa necessariamente por novas experiências corporais e novas significações do pensamento e da ação no tempo presente e passado que permitam novas formulações teóricas.

## 6. Conclusão

Os referenciais teórico-conceituais e os resultados de estudos e pesquisas sobre cognição, linguagem e cérebro nas últimas décadas do século XX e nas duas décadas iniciais do século XXI nas áreas de linguística cognitiva, neurociências, psicologia, bem como as noções de e sobre o poder na filosofia política que remontam a um passado distante, evidenciam não apenas a sistematização do conhecimento e dos avanços científicos e tecnológicos, que melhor instrumentalizam as investigações, mas as mudanças de paradigmas na ciência e a emergência de abordagens que permitem interrogar e formular a questão do exercício do poder pelas mulheres a partir de outros ângulos e encontrar respostas diferenciadas nos novos conhecimentos. Também do ponto de vista histórico, social e cultural abre espaço para novas teorizações e epistemologias. A hipótese principal foi demonstrada e respondeu ao problema formulado sobre o exercício do poder político das mulheres, destacando a centralidade do corpo para que o cérebro possa falar com o ambiente, ou seja, a conexão entre pensamento-cérebro, uma vez que a única forma que o cérebro tem para falar com o ambiente é por meio do corpo, e quase tudo depende de mover o corpo. Não se trata apenas de o cérebro filtrar e dar sentido às informações sensoriais, mas de agir, mostrar as informações e usar o corpo para fazer e aprender, reconhecer a sua importância é incorporar a cognição. Logo, o jogo de dominação e violência exercida nos corpos das mulheres, as restrições impostas aos seus movimentos corporais e os sentidos atribuídos aos corpos das mulheres no espaço e no tempo implicam restrições impostas ao desenvolvimento do seu potencial de habilidades nas várias esferas no mundo da vida, as quais se converteram e cristalizaram como autoimpostas no

seu ambiente interno pelo ambiente externo, isto é, restrições alimentadas pela manutenção de padrões de informações em um ciclo de percepção da ação das e pelas mulheres. Assim, corrobora-se a noção de causalidade circular induzida por meio da circularidade de informações sensoriais e do controle de suas ações/experiências. Trata-se especialmente de reconhecer que o corpo está sintonizado com o ambiente, que tudo está no acoplamento do corpo ao ambiente em que está imerso. Tal como Gibson sugeriu na noção de percepção direta na perspectiva cognitiva, a maneira que percebemos as coisas está a serviço de como podemos agir sobre elas, de modo que algo que pode ser visto, só é visto em virtude de como pode ser manipulado, ou seja, em função das oportunidades de agir, de modo que toda capacidade perceptiva é fundamentada pelas oportunidades de ação que essa percepção oferece. Em síntese, agimos em função do que essas oportunidades significam para o nosso comportamento.

Portanto, é fato que o exercício do poder político demanda um conjunto de experiências físicas, sensório-motoras nos ambientes, como qualquer processo de aprendizagem, para a formação e consolidação de estruturas internas e externas ao longo do tempo. O exercício do poder político pelas mulheres requer um acúmulo de experiências particulares e interações coletivas por meio de seus corpos nos ambientes e no tempo para o desenvolvimento e consolidação de habilidades políticas, de ação política efetiva no mundo da vida e do reconhecimento social da mulher como membro da sociedade em condições de igualdade. Torna-se evidente, também, a necessidade de investigações científicas sobre o funcionamento do cérebro das mulheres e as possíveis diferenças e impactos na autopercepção corporal e automodelagem decorrentes das restrições dos modelos de interação social e cultural vigentes e daqueles historicamente impostos e cristalizados. Por fim, cabe reafirmar a importância de novas formulações epistemológicas pelas mulheres sobre os espaços e caminhos de criação de conhecimentos, sua interpretação e significado do mundo.

## Referências

CAMERON, L. *et al.* The discourse dynamics approach to metaphor and metaphor-led discourse analysis. **Metaphor and Symbol**, Philadelphia, v. 24, n. 2, p. 63-89, 2009.

FAUCONNIER, G. (1996) **Mappings in Thought and Language**. Cambridge: Cambridge University Press.

FAUCONNIER, G., TURNER, M. (2003). **The Way we Think: Conceptual Blending and the Mind's Hidden Complexities**. Nova York: Basic Books.

FRISTON, K., FORTIER, M. & FRIEDMAN, D. A. (2018). **Of woodlice and men: A Bayesian account of**

cognition, life and consciousness. An interview with Karl Friston. *ALIUS Bulletin*, 2, 17- 43

Bachrach, P., Baratz, M.S. Two Faces of Power, *American Political Science Review*, 56, no. 4(1962): 947-52.

Lukes, S. Power: A Radical View, 62-63. Quoting and commenting: B. Latour, "Powers of Association," In *Power, Action and Belief: A New Sociology of Knowledge?*, Ed. J. Law (London:Routledge, 1986), 278.

FRISTON, K. Free Energy Principle. In: Disponível em

[https://www.youtube.com/watch?v=NIu\\_dJGyIQI](https://www.youtube.com/watch?v=NIu_dJGyIQI). Acesso em: 15 fev.2024.

GARDNER, H. (1985/1995) **A Nova Ciência da Mente**. São Paulo: Edusp.

GIBBS JR., R. W.; CAMERON, L. The social-cognitive dynamics of metaphor performance.

**Cognitive Systems Research**, [S.l.], v. 9, n. 1/2, p. 64-75, 2008.

GIBBS JR., R. W.; FERREIRA, L. C. Introduction: why should applied linguists

care about metaphor and metonymy in social practices? **Revista Brasileira de**

**Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 303-309, 2015. Disponível

em: <<http://ref.scielo.org/nv636n>>. Acesso em: 15 fev.2024

GIVÓN, T. (1984). **Syntax: a functional-typology introduction**. Amserdam: John Benjamims, v.1.

JOHNSON, M. **The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination, and reason**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. London: The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, George (1982). Categories: an essay in Cognitive Linguistics. In: **Linguistics in the Morning Calm**. Seoul: Hanshin Publishing, 139-209.

PARIETTI, Guido. **On the concept of power**. Chicago: APSA Conference, 2013.

STELMA, J. H.; CAMERON, L. Intonation units in spoken interaction: developing transcription skills. **Text & Talk**, [S.l.], v. 27, n. 3, p. 361-393, 2007.

SWEETSER, E. , FAUCONNIER, G. (1996). Cognitive links and domains: basic aspects of mental space theory. In: **Spaces, Worlds and Grammar**. Chicago, London: The University of Chicago Press, p.1-28.

UNGERER, F; SCHMID, H-J.S. (1996). **An Introduction to Cognitive Linguistics**. London: Longman.